

Estatizar é impatriótico

MANSUR JOSÉ MANSUR

Para nós, a saúde é um bem social insubstituível e, por isso, defendemos não só que o Estado seja o promotor e preservador da saúde dos cidadãos, como também todas as instituições de caráter social. O conceito de saúde não é algo abstrato e isolado, e deve situar-se num contexto mais geral como o direito a condições dignas de habitação, trabalho e alimentação. A assistência médico-hospitalar está incluída nesses direitos do indivíduo. E não é admissível que a promoção da saúde através da iniciativa privada, que sempre atuou ao lado dos órgãos governamentais, neste exato momento passe ao largo das reais aspirações da sociedade como um todo.

Colocados de lado preconceitos inexplicáveis, propagandizados no meu entender por uma minoria que desconhece as obrigações e dificuldades das instituições privadas na área da saúde, a título de informar a opinião pública sobre o que de verdade acontece com os hospitais e casas de saúde, faço questão de mostrar a realidade desse universo.

Atualmente, a rede privada é responsável por 75% dos leitos existentes no País, e foram instalados com recursos próprios, com exceção apenas de 4% desse total que lançou mão da verba colocada à disposição pelo FAS. Das cerca de 12 milhões de internações efetivadas anualmente pelo Inamps, cabe à rede privada atender 80%, segundo dados fornecidos pelo próprio Inamps em 1985, cuja comprovação pode ser obtida através da publicação oficial do

órgão, o "Inamps em dados". E ao contrário do que poucos sabem, o órgão paga à rede privada aproximadamente CZ\$ 207,00 por uma diária hospitalar, que inclui despesas de alimentação (numa média de cinco refeições por dia), serviço de enfermagem, rouparia, água, energia elétrica, manutenção, limpeza, médicos plantonistas, combustíveis e transportes, taxas públicas, encargos sociais e tributos.

Nos últimos anos, como era necessário, o avanço do desenvolvimento tecnológico de diagnósticos e tratamento elevaram ainda mais os custos da assistência médico-hospitalar em todo o País. Mas o pagamento dos serviços privados pela Previdência Social diminui a cada dia. Enquanto isso, o custo médio de uma internação nos hospitais privados é seis vezes menor do que nos hospitais públicos. A conclusão é que, hoje, o pagamento dos serviços contratados é menos 50% dos valores recebidos há dez anos, em termos reais de atendimento a um paciente.

Se não for levado em consideração o quadro acima apresentado, falar em estatização dos meios de saúde pode soar até como uma pregação ingênua. Ou no mínimo impregnada de preconceitos ideológicos sem bases concretas. Concordo plenamente, no entanto, em que o Estado deve adequar e otimizar a sua capacidade já instalada, buscando diminuir seus custos e aprimorando a qualidade dos serviços prestados à população.

Também gostaria de lembrar que os estudos da Comissão Nacional de Reforma Sanitária apontaram para o seguinte dado: o programa atual de estatização da assistência médico-hospitalar absorverá 10%

do Produto Interno Bruto (PIB). E para o País bancar tal despesa, num momento em que a economia passa por uma séria crise, será necessário que o Governo duplique a atual carga tributária já tão pesada para a sociedade brasileira. Desta forma, considero que o Anteprojeto da Constituinte que pretende um Sistema Único de Saúde e estabelece que "as Ações de Saúde são de natureza pública, cabendo ao Estado sua **regulamentação, execução e controle**", destituído de um juízo de valores consistentes e tecnicamente sem fundamento.

Regular e controlar é justo, pois a classe médico-hospitalar sempre defendeu um Sistema Nacional de Saúde que planeje e fiscalize. Mas considero pouco inteligente e até impatriótico que se defenda que o Estado se transforme no executor único das Ações de Saúde, excluindo a iniciativa privada e a sua enorme experiência adquirida ao longo de tantos anos de trabalho e dedicação, sem falar no patrimônio construído por mais de um século.

A rede médico-hospitalar apóia o controle rigoroso dos serviços contratados, mas considera imprescindível a fixação de normas claras, objetivas e consensuais na regência dos contratos, pois é preciso se estabelecer remunerações adequadas. Ao nosso ver essa é a única forma de se garantir a qualidade dos serviços de saúde prestados à sociedade.

Mansur José Mansur é Presidente da Associação de Hospitais do Estado do Rio de Janeiro e Vice-Presidente da Federação Brasileira de Hospitais.

Hospitais devem ser públicos

JOÃO CARLOS SERRA

A ocorrência do crescimento exponencial dos gastos em assistência médico-sanitária nos países desenvolvidos (saltando de 3% do PIB na década de 50 para aproximadamente 10% no início dos anos 80) não foi devida à extensão de cobertura assistencial, mas sim ao grande impacto da tecnologia médica, cada vez mais sofisticada pelo avanço de indústria de equipamentos, e farmacêutica. Nada autoriza os estudiosos do assunto a afirmar que tal tendência possa estacionar ou mesmo reverter, a médio prazo, com a acelerada expansão do complexo médico-industrial que a alimenta.

Portanto, se esta questão constitui séria preocupação para os países centrais, nos países em desenvolvimento, como o Brasil, caracterizado pelo contraste da existência simultânea ainda das "doenças da pobreza" (desnutrição, diarreias, tuberculose e outras doenças infecto-parasitárias), com as "doenças do progresso" (hipertensão arterial, insuficiência coronariana, Aids, câncer etc.), esta questão adquire contornos de terrível dilema de como compatibilizar os sempre escassos recursos financeiros para cobrir leque tão desigual de cuidados.

Historicamente, os hospitais públicos,

apesar do progressivo e severo sucateamento a partir do início da década de 70, são os mais adequados para promover, ao mesmo tempo, assistência variada e completa, simplificada e complexa, universal e igualitária. Por outro lado, os hospitais públicos (federais, universitários, estaduais e municipais) são os que investiram e investem no desenvolvimento de recursos humanos, formando e capacitando profissionais de saúde nas mais variadas categorias e níveis de complexidade, bem como os que melhor obedecem os padrões de lotação de pessoal definidos internacionalmente.

Outra justificativa irrefutável para a existência de hospitais públicos é a necessidade do estabelecimento de parâmetros de eficácia para os procedimentos médicos, de competência para os recursos humanos e de confiança para os usuários.

Devido à freqüente e insistente alegação dos defensores da "privatização" da assistência hospitalar — os elevados custos dos hospitais públicos contrapondo à decantada eficiência dos hospitais "privados" contratados —, demonstraremos a falácia desta argumentação assinalando alguns pontos:

A tão propalada eficiência dos hospitais "privados" contratados encoberta fatos históricos que caracterizam estas "empresas", que não se constituíram tipicamente capitalistas, uma vez que eliminaram o

risco ao serem Estado-dependente, isto é, foram financiadas com recursos públicos desde a construção (FAS-CEF) com garantia de manutenção para acumulação de capital (convênio com Inamps), oferta de mão-de-obra barata (proliferação de Faculdade de Medicina) e transigência das autoridades ao não cumprimento de normas técnicas.

Estas "empresas" raramente incorporam tecnologia complexa, selecionando as doenças menos graves ou problemas crônicos já diagnosticados, funcionando como estrutura de apoio dos hospitais públicos.

A alegação de ineficiência dos hospitais públicos, embora circunstancialmente correta, nega ou encobre que tal ineficiência não constitui patrimônio exclusivo dos hospitais, mas permeia todos os órgãos públicos, graças ao período de desmando, incompetência, arbitrariedade e clientelismo que vicejou no serviço público e poderia ser perfeitamente superado à medida que o reordenamento para uma sociedade democrática determine a transparência das instituições, com o pleno controle social dos serviços resgatando a dignidade do serviço público e a seriedade no trato do bem comum.

João Carlos Serra é Superintendente Regional do Inamps no Rio de Janeiro.